



GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

Decisão nº 161/2023/SUPEL-ASTEC

À
Comissão de Licitações - CPLO

Concorrência Pública n. 006/2022/CPLO/SUPEL/RO

Processo Administrativo: 0069.007188/2022-46

Interessada: Secretaria de Estado de Obras e Serviços Públicos – SEOSP/RO.

Objeto: Revitalização do Parque do Abobão, no município de Porto Velho - RO.

Assunto: Decisão em julgamento de recurso.

Vistos, etc.

Tratam os presentes autos de procedimento licitatório, na modalidade Concorrência Pública, que tem por objeto a *Revitalização do Parque do Abobão, no município de Porto Velho - RO*, gerenciado pela unidade interessada supra citada.

Aportaram os autos neste gabinete para deliberação e decisão quanto a recurso administrativo interposto pela empresa NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA (Id. Sei! 0043252259), com fulcro no art. 109, §4º da Lei n. 8.666, de 93.

Noto que a empresa licitante protesta contra a decisão da Comissão de Licitação, que a inabilitou pelas seguintes razões:

- (i) Apresentar valor unitário superior ao constante na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública no item 5.1.3.3., contrariando assim o disposto no item 19.2.1, alínea "c", do Edital; e
- (ii) Apresentar quantitativo superior ao constante na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública no item 5.2.2.1., contrariando assim o disposto no item 19.2.1, alínea "g", do Edital.

A recorrente rebate todas as razões de inabilitação, afirmando em suma que sua planilha orçamentária apresenta erros formais, e ainda que sua proposta encontra-se dentro do “menor preço global”, visto que a soma dos valores apontados perfazem a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

O edital é claro quanto a composição da Planilha orçamentária e esclarece as razões que ensejam a desclassificação da proposta veja (Id. Sei! 0039588657):

19.2 - DESCLASSIFICAÇÃO DA (S) PROPOSTA(S)

19.2.1 - Examinados os conteúdos das Propostas de Preços pela Comissão, serão consideradas desclassificadas aquelas que:

- a) As propostas com valores unitários e/ou global proposto para os serviços sejam manifestamente excessivos ou inexequíveis serão desclassificadas.
- b) Serão considerados manifestamente inexequíveis, as propostas que apresentem nos termos da Lei 9.648, de 27 de maio de 1998, valores inferiores em 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores):

b.1) Valor orçado pela administração;

b.2) Da média aritmética dos valores das propostas superiores a 50 % (cinquenta por cento) do valor orçado pela administração, ou;

c) Serão consideradas excessivas, aquelas propostas cujos valores unitários sejam superiores aos estabelecidos na planilha orçamentária, bem como, aquelas cujo valor global ultrapasse R\$ 3.417.027,67 (três milhões, quatrocentos e dezessete mil, vinte e sete reais e sessenta e sete centavos). Lei 8.666/93 - Art. 48, parágrafo II.

d) Não atenderem às exigências do ato convocatório da licitação, bem como as que não apresentarem a cotação de qualquer dos itens da obra (exceto aqueles itens que estiverem com quantidades zeros) ou que alterem as quantidades constantes da planilha.

e) As propostas que apresentarem omissões, rasuras, entrelinhas, erros substanciais de cálculo preços unitários simbólicos, irrisórios, de valor zero ou comprovadamente incompatíveis com os praticados no mercado, distorções significativas ou ainda cujos elementos técnicos fornecidos não se mostrarem satisfatórios, tendo em vista os indicadores para avaliação, determinados e estabelecidos neste Edital, bem como aquelas que não atenderem ao art. 48 da Lei 8.666/93.

f) Que não apresentarem todos os itens da Planilha Orçamentária.

g) As que apresentarem preços unitários superiores, quantitativos superiores ou inferiores aos constantes na Planilha Orçamentária disponibilizada pela Administração Pública.

h) Quando o licitante apresentar preço considerado inexequível a Administração Pública deverá conferir ao licitante a oportunidade de demonstrar a exequibilidade da sua proposta.

Tais exigências seguem o entendimento pacífico do Tribunal de Contas da União, *in verbis*:

Acórdão 146/2013-Plenário.

O edital da licitação deve incluir cláusula estabelecendo critérios de aceitabilidade dos preços *unitários* e definição de seus *valores* máximos (art. 40, inciso X, da Lei 8.666/1993 e a Súmula 259 do TCU).

Acórdão 1695/2018-Plenário.

A definição do critério de aceitabilidade dos preços unitários e global nos editais para a contratação de obras, com a fixação de preços máximos para ambos, é obrigação e não faculdade do gestor (Súmula TCU 259) , ainda que se trate de empreitada por preço global. Essa obrigação tem por objetivo mitigar a ocorrência dos riscos associados tanto ao "jogo de cronograma" quanto ao "jogo de planilha".

No mais, em que pese as alegações da recorrente de que seria possível a correção dos "erros materiais" tais não se enquadram no permitido pelo edital para correção, conforme item 19.3 (Id. Sei! 0039588657)

19.3 - CORREÇÃO ADMISSÍVEL

19.3.1 - Nos casos em que a Comissão constatar a existência de **erros numéricos nas Propostas de Preços, sendo estes não significativos**, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da Proposta, obedecendo as seguintes disposições:

a) Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último e desde que as correções necessárias para adequação desta, estejam previstas neste item.

b) Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, a Comissão procederá à correção dos subtotais, mantidos os preços unitários constantes das propostas, não permitido onerar o valor da proposta.

c) Incorreção nos somatórios, admitidos, desde que não significativos e a proposta sendo vencedora, caberá a retificação também do cronograma físico-financeiro com a correspondente adequação.

Logo, como bem pontuado no Termo de Julgamento elaborado pela comissão, e extraído da leitura do próprio requisito editalício, a inabilitação da recorrente se deu de forma correta e fundamentada, vinculada à exigência clara do edital, o qual faz lei entre as partes e, portanto, vincula às partes ao seu regramento, nos termos dos artigos 3º e 41º, da Lei nº 8.666/93, que rege o procedimento licitatório.

Nesse sentido também é a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

O princípio da vinculação ao edital restringe o próprio ato administrativo às regras editalícias, impondo a inabilitação da empresa que descumpriu as exigências estabelecidas no ato convocatório. (REsp 595079/RS, Rel. Min. Herman Benjamin, 2ª Turma, STJ, DOU 15/12/2009) (Sic)

Isto posto, em concordância com os motivos expostos na Ata de Julgamento do Recurso Administrativo (Id. Sei! 0043651944), expedido em observância às razões recursais apresentadas (Id. Sei! 0043252259), com espeque na fundamentação supra, não vislumbro necessidade de qualquer modificação na decisão da Comissão, assim, **DECIDO**:

Conhecer e julgar **IMPROCEDENTE** o recurso interposto pela empresa **NORTE SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA**, mantendo **INABILITADA** a empresa para o presente certame.

Em consequência, **MANTENHO** a decisão da Comissão de Licitação/CPLO.

À Comissão para ciência e providências aplicáveis à espécie.

Fabíola Menegasso Dias

Diretora-Executiva

Superintendência Estadual de Compras e Licitações- SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Fabíola Menegasso Dias**, **Diretor(a) Executivo(a)**, em 01/12/2023, às 14:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0043807949** e o código CRC **DBDFF8C9**.